



**ASSUNTO: Regulamento de Gestão do Arvoredo Urbano**

Ex.ma Sra. Chefe da DSJC,

A 18 de agosto de 2021, foi publicado o Regime Jurídico de Gestão do Arvoredo Urbano através da Lei n.º 59/2021.

No seu artigo 8º refere:

«Artigo 8.º

Regulamento municipal de gestão do arvoredo em meio urbano

1 - No âmbito das suas atribuições, competê aos municípios elaborar e aprovar um regulamento municipal de gestão do arvoredo em meio urbano<sup>1</sup>, no prazo de um ano a contar da data da publicação da presente lei.

2 - O projeto de regulamento municipal de gestão do arvoredo em meio urbano é elaborado pela câmara municipal e submetido à aprovação da assembleia municipal.»

Nesse seguimento, e por proposta do Sr. Vereador Engº Altino Bessa, na reunião do Executivo Municipal de 13/09/2021, foi aprovada a “*Proposta de abertura de procedimento da criação do Regulamento de Gestão do Arvoredo Urbano*”.

Chegada a fase de elaboração do texto do Regulamento, para posterior submissão a consulta pública, e analisado o novo diploma, verifica-se que refere o seguinte:

---

<sup>1</sup> O CPA distingue entre regulamentos de execução e regulamentos independentes, à luz do artigo 136º nº2. Neste caso, estamos perante um regulamento de execução - corresponde a uma competência materialmente secundária, pois visa apenas dar exequibilidade a uma norma jurídica que fundamenta a sua elaboração -

**Artigo 136.º**

**Habilitação legal**

1 - A emissão de regulamentos depende sempre de lei habilitante.

2 - Os regulamentos devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou, no caso de regulamentos independentes, as leis que definem a competência subjetiva e objetiva para a sua emissão.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se independentes os regulamentos que visam introduzir uma disciplina jurídica inovadora no âmbito das atribuições das entidades que os emitam.

4 - Embora não tenham natureza regulamentar para efeitos do disposto no presente capítulo, carecem de lei habilitante quaisquer comunicações dos órgãos da Administração Pública que enunciem de modo orientador padrões de conduta na vida em sociedade com, entre outras, as denominações de «diretiva», «recomendação», «instruções», «código de conduta» ou «manual de boas práticas».

**Artigo 6.º**

**Guia de boas práticas para a gestão do arvoredo urbano**

1 - O guia de boas práticas para a gestão do arvoredo urbano, doravante designado por guia de boas práticas, é aprovado pelo Governo no prazo de seis meses, mediante proposta do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), em estreita articulação com as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas, envolvendo ainda as entidades com responsabilidade na gestão do arvoredo e na defesa do ambiente.

2 - O guia de boas práticas constitui uma referência para a elaboração dos instrumentos de gestão municipal previstos na presente lei.

**Artigo 7.º**

**Instrumentos de gestão**

1 - São instrumentos de gestão do arvoredo urbano o regulamento municipal de gestão do arvoredo em meio urbano e o inventário municipal do arvoredo em meio urbano.

2 - Os instrumentos de gestão referidos no presente artigo consideram as normas constantes no guia de boas práticas e são revistos com uma periodicidade não superior a cinco anos.

Assim sendo, a elaboração do texto do regulamento depende da publicação do Guia, pelo que, por este motivo, se entende que o presente procedimento deve aguardar a publicação do mesmo (prazo: a publicar até fevereiro/2022).

Ora, e porque desta forma o Regulamento está dependente de fatores externos, que podem implicar a morosidade da conclusão do processo, entendo ser de dar conhecimento ao Executivo Municipal, que deliberou o início do procedimento.

No entanto, à CS.

A gestora do procedimento,



Despacho da Chefe da DSJC - Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso,

*Concedo com o proposto.*

Despacho do Sr. Diretor da DMG – Direção Municipal de Gestão,

*Quorzo, remete-se e  
consizem 2 Sr. Vereador  
Altino Bessa*

Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por  
Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021, Engº  
Altino Bessa,

*Concedo,*

*Altino Bessa*

24/10/2021

Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr.  
Ricardo Rio,

*Concedo.*

22/11/14